

## Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?

Fernanda Ribeiro \*

### 1. A visão que tem sido dada...

A confirmação documental da existência de um arquivo fixo, no qual se guardavam os documentos da Coroa, situado numa das torres do Castelo de São Jorge, em Lisboa, data de 1378<sup>1</sup>, não obstante alguns autores fazerem remontar a fixação do arquivo a épocas anteriores, designadamente ao início do reinado de D. Fernando ou mesmo ao de D. Dinis, e indicarem como provável a instalação do arquivo régio na Torre da Escrivania, antes da sua transferência para o Castelo de São Jorge<sup>2</sup>.

O estabelecimento do arquivo da Coroa num local próprio para o efeito – que mais tarde veio a ser conhecido por Torre do Tombo, por aí se encontrar guardado o mais antigo livro de *Recabedo Regni*, ou Tombos da Coroa – não significa que se conheça, desde o momento da sua instalação, o acervo que o mesmo albergava, nem como foi crescendo e se foi estruturando à medida que a administração da Coroa e do Estado se tornaram mais complexas. A estrutura original do arquivo permanece, até hoje, bastante imprecisa, ou mesmo ignorada, e um conhecimento rigoroso da mesma carece de estudos de investigação aprofundados, com recurso a fontes até agora por divulgar ou desprezadas nas análises levadas a cabo com vista à elaboração de instrumentos de pesquisa relativos ao que tem sido designado por “núcleo antigo” ou “fundo primitivo” do arquivo.

Durante cerca de quatro séculos esteve o arquivo sediado no Castelo de São Jorge, ou seja, desde o 3º quartel do século XIV até 1755, quando por ocasião do célebre terramoto de Lisboa ruiu a torre em que estava instalado. A reorganização do arquivo após o sismo e a sua transferência para a ala sul do Mosteiro de São Bento estiveram a cargo do engenheiro Manuel da Maia, guarda-mor do arquivo desde 17 de Fevereiro de 1745<sup>3</sup>. Em pleno século das luzes, as concepções iluministas tiveram influência nos critérios adoptados para a reestruturação do arquivo. A primitiva ordem dos documentos e das séries arquivísticas perdeu-se com o desmoronamento e no meio dos escombros a documentação ficou numa completa balbúrdia. Grande parte dos livros sofreram danos nas encadernações, que se desfizeram, levando à separação de

---

\* Professora Auxiliar da Secção de Ciências Documentais, do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Ver: RIBEIRO, João Pedro – *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1819. p. 13.

<sup>2</sup> Sobre a questão da primitiva instalação do arquivo da Coroa, data e local da sua fixação em Lisboa, ver por exemplo: AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António – *O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*. Ed. fac-similada. Lisboa : Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Livros Horizonte, 1989. p. 13; BARBOSA, J. Vilhena de – *Creação dos arquivos na Europa: Archivo da Torre do Tombo em Lisboa*. In *Estudos historicos e archeologicos*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1874, p. 5; COSTA, José Pereira da – *Torre do Tombo*. In *Dicionário da História de Lisboa*. Dir. de Francisco Santana e Eduardo Sucena. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. ISBN 972-96030-0-6. p. 925-929; REBELO, José Pedro Miranda de – *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo offerecido á augustíssima rainha e senhora D. Maria I*. Lisboa: Bibliotheca Nacional, 1904. p. 6-7.

<sup>3</sup> Ver: BAIÃO, António – Manuel da Maia como guarda-mór da Torre do Tombo. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2ª série. 16 (1942) 80-86.

cadernos e folhas, e os documentos avulsos ficaram desprovidos da ordenação que tinham. A sua reconstituição não procurou recuperar a ordem original, antes se pautou por métodos “em moda” na época, ou seja as classificações metódicas, de base intelectual e não orgânica. Assim nasceram séries factícias de documentos (por vezes designadas por colecções), ordenadas cronologicamente, segundo uma perspectiva que privilegiava já, em grande medida, o valor histórico dos mesmos<sup>4</sup>. Exemplo paradigmático desta reorganização é o *Corpo Cronológico*, formado por 525 maços que agrupam 82.902 documentos, criado de forma “artificial” com base, sobretudo, nos “papéis” do funcionário régio, Pêro de Alcáçova Carneiro, incorporados na Torre do Tombo em 1569<sup>5</sup>.

A organização imposta ao arquivo após o terramoto adulterou, portanto, a sua primitiva lógica interna, resultante de uma natural acumulação de documentos, produzidos no contexto da administração régia, numa fase inicial, e da administração do Estado moderno, a partir do século XVI. Repositório da informação gerada no seio das instituições administrantes do país, o arquivo da Torre do Tombo espelhava certamente a estrutura orgânica e funcional das respectivas entidades produtoras, mesmo que tal estrutura não se encontrasse reflectida e expressa formalmente numa notação classificativa. Os agrupamentos de livros e documentos, a sua ordenação e local de arrumação, as características físicas dos suportes de informação, se tivessem chegado até nós, seriam, certamente, elementos preciosos para se conhecer e compreender a estrutura orgânica e a funcionalidade do mais importante arquivo português. Mas, não menos importantes para o conhecimento de qualquer arquivo são os instrumentos de controlo e acesso à informação, que hoje assumem o pós-moderno nome de *metadata* (informação sobre a informação), bem conforme ao contexto social e tecnológico em que vivemos e que correntemente apelidamos de Sociedade da Informação. Ora, se a organização material se esfumou na lonjura do tempo, os instrumentos de trabalho do arquivo, destinados a controlar e a localizar a informação, esses nem todos se perderam e constituem hoje os mais seguros indicadores para se fundamentar o conhecimento do arquivo na sua fase original e genuína, isto é, sem intervenções eivadas de ideologias e preconceitos de qualquer ordem.

Os estudos que se conhecem relativos ao acervo e organização da Torre do Tombo mais não são, na sua esmagadora maioria, do que roteiros, inventários ou descrições enumerativas dos documentos que integravam o arquivo da Coroa ainda antes de o mesmo sofrer uma alteração radical na sua função e no seu perfil, isto é, antes de se ter convertido, com a revolução liberal, por razões políticas e ideológicas e por imposição legal, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>6</sup>, destinado a incorporar os documentos de instituições extintas que interessavam para a história da Nação. Esses instrumentos de pesquisa têm a particularidade de se reportarem, quase todos, ao inventário geral do arquivo, elaborado em 1776, no tempo do guarda-mor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e intitulado *Inventario dos livros, maços e documentos que se guardam no Real Archivo da Torre do Tombo*<sup>7</sup>, como sendo o instrumento de acesso à informação mais antigo e elucidativo sobre a organização do arquivo. Porém, o inventário de 1776 já é um produto pós-terramoto de 1755 e, por isso mesmo, já não espelha a estrutura originária do arquivo, mas sim a remodelação iluminista que o mesmo sofreu aquando da

<sup>4</sup> Não convém esquecer que, em 8 de Dezembro de 1720, havia sido criada a Academia Real da História Portuguesa que, de imediato, se começou a interessar grandemente pelos arquivos, com vista ao desenvolvimento dos seus estudos.

<sup>5</sup> Ver: BAIÃO, António – O Guarda-mór Damião de Góis e alguns serviços da Torre do Tombo no seu tempo. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2ª série. 9 (1931) 16.

<sup>6</sup> Em 1823 foi publicado o *Regulamento provisional para o regimen e direcção do Archivo Nacional da Torre do Tombo* (ver – *Diario do Governo*. Lisboa. 112 (12 Maio 1823) 911-912).

<sup>7</sup> IAN/TT – manuscrito com a cota 299-A. Deste inventário fez José Pedro de Miranda Rebelo, ainda em finais do século XVIII, um extracto, o qual foi publicado em: REBELO, José Pedro de Miranda – *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo offerecido á augustissima rainha e senhora D. Maria I*. Lisboa: Bibliotheca Nacional, 1904.

mudança para São Bento. Apesar de ter a pretensão de inventariar o acervo global do arquivo, o referido inventário é bastante limitado nas informações que fornece e chegou mesmo a ser considerado por José Feliciano de Castilho – incumbido, por Portaria de 5 de Janeiro de 1843, de elaborar um relatório sobre a situação do arquivo e de propor medidas tendentes a melhorar a sua organização e funcionamento –, “generico e superficial” e de “mui fraco auxilio”<sup>8</sup>.

Posteriormente, encontramos diversos guias e inventários, com carácter de globalidade, relativos ao “fundo antigo” ou “núcleo antigo”, mas de cada vez que um deles surge é mencionado o facto de não existir um inventário completo e de ser uma necessidade a sua elaboração. Assim:

– em 1819, João Pedro Ribeiro dá à estampa as *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo*<sup>9</sup> e aí inclui um capítulo intitulado *Estado actual do archivo*, assim justificado: “Na falta de hum Inventario completo, e circunstanciado do mesmo Archivo, que poderia servir de guia neste objecto, darei sómente huma descrição geral do contheudo do mesmo Archivo”<sup>10</sup>;

– em 1905, Pedro de Azevedo e António Baião publicam uma obra intitulada *O Archivo da Torre do Tombo: sua historia, corpos que o compõem e organização*<sup>11</sup>, a qual inclui informações históricas sobre o funcionamento e organização do arquivo e descrições pormenorizadas sobre os vários núcleos que constituem o acervo;

– em 1922, Mesquita de Figueiredo publica um *Roteiro práctico*<sup>12</sup>, que elaborou na sequência de notas coligidas durante mais de quatro anos em que frequentou o arquivo como investigador; este roteiro inclui a enumeração dos “Inventários e catálogos existentes no Arquivo”, a “Descrição sumária do conteúdo de algumas das principais salas da Torre do Tombo” e “Notícia de alguns dos mais importantes corpos”;

– em 1929, António Baião apresenta à Exposição Portuguesa em Sevilha um trabalho em que descreve os principais fundos do arquivo<sup>13</sup>;

– em 1935, Silva Marques edita o *Index indicum*<sup>14</sup> (primeira parte de uma obra de maior fôlego que nunca chegou a ser publicada), em que são referenciados os instrumentos de acesso à informação dos vários arquivos e documentos conservados pela Torre do Tombo;

– em 1984, sob a coordenação de Joel Serrão, é publicado um novo roteiro do Arquivo, em dois volumes<sup>15</sup>;

– em 1996, as arquivistas Maria do Carmo Farinha e Maria de Fátima Ramos elaboram o inventário do *Núcleo Antigo*<sup>16</sup>.

<sup>8</sup> Cf.: CASTILHO, José Feliciano de – [Relatório de 21 de Janeiro de 1843]. *Diario do Governo*. Lisboa. 28 (2 Fev. 1843) 166.

<sup>9</sup> RIBEIRO, João Pedro – *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1819.

<sup>10</sup> RIBEIRO, João Pedro – *Op. cit.* p. 166.

<sup>11</sup> Esta obra foi posteriormente reeditada em fac-símile, com anotações: AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António – *O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*. Nota prévia e adenda de Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha [et al.]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Livros Horizonte, 1989.

<sup>12</sup> FIGUEIREDO, António Mesquita de – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo: roteiro práctico*. Lisboa : Livraria Universal, 1922.

<sup>13</sup> BAIÃO, António – O Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In *Portugal: Exposição Portuguesa em Sevilha*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1929.

<sup>14</sup> MARQUES, João Martins da Silva – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo : ensaio de um manual de heurística e arquivologia. I – Index indicum*. Lisboa : [s. n.], 1935. (Sep. de: *Ethnos*. Lisboa. 1).

<sup>15</sup> *Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea: arquivos de Lisboa*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Coord. de Joel Serrão; dir. de Maria José da Silva Leal, Miriam Halpern Pereira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. 2 vol.

<sup>16</sup> ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO. Direcção de Serviços de Arquivística e Inventário – *Núcleo antigo: inventário*. Lisboa : A.N./T.T., 1996. ISBN 972-8107-20-X.

– em 1998, é editado o primeiro volume do *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo*<sup>17</sup>, que dedica 106 páginas à descrição do Arquivo da Casa da Coroa.

Os instrumentos de acesso à informação que acabámos de mencionar têm como preocupação essencial a descrição das espécies documentais, com vista a proporcionarem aos investigadores (leia-se historiadores) o acesso às mesmas. Ao longo do século XX, particularmente até à década de 80, a perspectiva dominante na Arquivística insere-se num paradigma histórico-tecnicista, custodial e patrimonialista que, por um lado, enfatiza o documento como fonte de informação histórica e os arquivos como serviços vocacionados para a conservação do património documental e, por outro, supervaloriza a técnica descritiva como meio de elaborar instrumentos passíveis de proporcionar o acesso aos documentos de que o utilizador necessita para os seus estudos de investigação histórica<sup>18</sup>. Nesta perspectiva, não é de estranhar que os instrumentos de acesso à informação acima referidos sejam o que são: sucessões de descrições de fundos /séries/ documentos em que a organicidade dos diversos sistemas de informação arquivo custodiados pelo Arquivo da Torre do Tombo deixa de ser o factor primordial para a estruturação daqueles instrumentos e, em muitos casos, se dilui completamente. É certo que a maioria deles foi elaborada por historiadores, preocupados em identificar as “suas” fontes e pouco esclarecidos quanto aos princípios e às técnicas arquivísticas mas, mesmo os que foram produzidos por especialistas revelam pouca precisão e rigor ao referenciarem o contexto orgânico de produção das unidades arquivísticas descritas. A confusão entre secções, séries e colecções é uma constante, não se percebendo afinal a estrutura orgânico-funcional do Arquivo. Só a título de exemplo, refira-se o caso da Leitura Nova, imprópria e recorrentemente apelidada de “colecção”<sup>19</sup>, apesar de se saber já há muito tempo que resultou de cópias de documentos, feitas no próprio arquivo, a mandado de D. Manuel I e que teve por finalidade preservar a informação cujo suporte estava danificado ou cuja leitura já se tornava difícil. Trata-se, portanto, de uma produção de documentos, feita em série (em contínuo), tecnicamente designada por *série arquivística*<sup>20</sup> e, de modo algum, de uma colecção, no sentido que normalmente lhe é dado de reunião aleatória de documentos<sup>21</sup>. Ainda a ilustrar as imprecisões que referimos, atente-se em diversos casos de conjuntos documentais referenciados como “fundos” – com este termo pretende-se referir um conjunto orgânico de documentos de uma mesma proveniência – mas que, bem vistas as coisas, não são produção documental de um único organismo ou entidade, causando, pois, no mínimo, alguma estranheza essa designação; contam-se, nesta situação, entre outros, os *Feitos da Coroa* ou as *Gavetas*, apelidados de “fundos”, mas logo seguidos de

<sup>17</sup> INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO. Direcção de Serviços de Arquivística – *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo. Primeira parte – Instituições do Antigo Regime. Vol. I – Administração central* (1). Coord. José Mattoso [et. al.]. Lisboa : IAN/TT, 1998. ISBN 972-8107-42-0.

<sup>18</sup> Sobre esta problemática, ver o artigo que, recentemente, tivemos oportunidade de publicar: RIBEIRO, Fernanda – Archival Science and changes in the paradigm. *Archival Science : international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310.

<sup>19</sup> No mais recente instrumento de pesquisa editado pelo IAN/TT, é dito o seguinte: “Entre as medidas tomadas para a organização do Arquivo Real, conta-se a elaboração das cópias de documentos, considerados então mais importantes, numa colecção intitulada *Leitura Nova*, ordenada por D. Manuel I, e que teve início em 1504, com o fim de preservar os documentos cujo suporte estava danificado, ou cuja leitura já então não era acessível” (cf.: INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO... – *Op. cit.* p. 90). De notar que, em outros instrumentos de acesso à informação, também a *Leitura Nova* é designada como “colecção”.

<sup>20</sup> Aliás, no caso das cópias dos documentos das Gavetas, designadas por *Reforma das Gavetas*, entenderam os autores do mesmo instrumento de pesquisa que se tratava de uma série arquivística (cf.: INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO... – *Op. cit.* p. 65), vá lá saber-se porquê!

<sup>21</sup> Empregamos aqui o termo “colecção” na acepção mais corrente entre arquivistas, porque não cabe aqui uma discussão sobre o assunto. No entanto, para uma introdução mais elaborada ao conceito de “colecção”, ver: POMIAN, Krzysztof – Colecção. In *Enciclopédia Einaudi. 1- Memória – História*. Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 51-94.

um texto explicativo da respectiva “história administrativa” em que se contradiz o tão apregoado princípio da proveniência<sup>22</sup>.

Os exemplos mencionados, a que se poderiam juntar inúmeros outros ilustrativos da confusão conceptual subjacente à elaboração dos instrumentos de pesquisa<sup>23</sup>, mostram como é desviante a representação que se tem dado do Arquivo da Torre do Tombo e da sua estrutura orgânico-funcional primitiva.

Além disso, a individualização do “núcleo antigo”<sup>24</sup>, feita em alguns daqueles instrumentos, baseada em critérios meramente cronológicos (documentos anteriores ao liberalismo) é completamente descabida, pois, como é por demais sabido, grande parte da documentação do Antigo Regime deu entrada na Torre do Tombo depois de instaurado o regime liberal, por força da extinção de muitos organismos do Estado e das nacionalizações do património da Igreja.

## 2. Uma nova perspectiva

Não cabe neste artigo, por limitações de espaço, discutir e explanar os contornos do novo paradigma da Arquivística, no quadro da Ciência da Informação, pelo que remetemos tal problemática para alguns trabalhos onde essa abordagem está feita de forma desenvolvida<sup>25</sup>. Contudo, não podemos deixar de apresentar a definição de *arquivo* de que partimos, no quadro da aplicação da teoria sistémica, para melhor serem percebidas as afirmações críticas antes expendidas e as considerações que a seguir se expõem. Assim, **Arquivo é um sistema (semi) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associam um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores**<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> Estes exemplos colhemo-los no já citado *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo...* Nesta obra, na história administrativa do Fundo dos Feitos da Coroa, diz-se o seguinte: “Embora não tivesse existido uma instituição com o nome de “Feitos da Coroa”, reuniram-se, com esse título, as diversas séries documentais existentes no Arquivo da Casa da Coroa relativas às funções exercidas pelo designado, na documentação em apreço, juiz dos feitos da Coroa ou por juiz dos feitos dos forais e dos direitos reais”(cf.: INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO... – *Op. cit.* p. 51); a propósito do Fundo “Gavetas” refere-se: “O nome de *Gavetas* corresponde à arrumação dos diplomas no antigo Arquivo Real. Em cada Gaveta eram guardados os documentos relativos a um determinado assunto, pelo qual eram designados: forais, testamentos, tratados, sentenças, morgados, entre outros. (...) Algumas das primitivas gavetas passaram a constituir séries autónomas como, por exemplo, a dos Forais e a dos Morgados (...)” (cf.: INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO... – *Op. cit.* p. 64) – primeiro chama-se impropriamente fundo a este conjunto documental e depois confunde-se série com um critério sistemático de organização!

<sup>23</sup> A autora teve ensejo de abordar com profundidade esta problemática na sua dissertação de doutoramento, onde demonstrou como a falta de rigor e o empirismo na produção de instrumentos de acesso à informação, devidos em grande parte à frágil fundamentação teórica da Arquivística, no quadro do paradigma ainda dominante, conduzem a representações desviantes da realidade arquivística (ver: RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Porto, 1998. 2 vol. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, defendida em 5 de Fev. de 1999).

<sup>24</sup> A designação de “núcleo antigo” deve-se a João Martins da Silva Marques, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo entre 1950 e 1960. Neste conjunto documental incluiu a documentação referenciada no inventário de 1776, elaborado no tempo do guarda-mor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, bem como “livros e documentos que pertenciam a outros núcleos do Arquivo e, ainda, alguns dos que foram adquiridos em épocas recentes. Assim, no chamado “Núcleo Antigo”, encontram-se livros e documentos provenientes de várias instituições em diversas épocas” (cf.: ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO. Direcção de Serviços de Arquivística e Inventário – *Op. cit.* p. VI).

<sup>25</sup> Uma primeira abordagem teórica e epistemológica pode ser vista no trabalho colectivo de SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999; posteriores aprofundamentos podem ler-se em: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *A Avaliação em Arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica*. *Páginas a&b*. Lisboa. ISSN 0873-56705 (2000) 57-113.

<sup>26</sup> Definição incluída em: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Op. cit.* p. 214.

Precisamente porque a componente orgânica é um dos elementos estruturais do sistema de informação arquivo, ela tem de ser devidamente valorizada e evidenciada em qualquer estudo arquivístico, uma vez que é determinante no contexto de produção da informação. Esta é um “produto” social e uma das suas propriedades é ser estruturável pela acção (humana e social), o que confere à organicidade um papel absolutamente vital.

A função serviço/uso, que é uma outra componente do arquivo, condiciona também grandemente a organização da informação, pelo que a sua ordenação material e os respectivos instrumentos de controlo e acesso são meios particularmente elucidativos do modo como é usada.

Partindo destes pressupostos, facilmente se entende porque consideramos fundamental, para se chegar ao conhecimento da estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa, partir da análise de todos os elementos disponíveis, anteriores a 1755, ou seja, os que espelham a organização do arquivo antes das reorganizações iluministas. De forma breve e apenas com a finalidade de mostrar que existem fontes informativas susceptíveis de fornecer dados para um estudo da referida estrutura, vamos enumerar somente as mais importantes.

O mais antigo testemunho até hoje divulgado, relativo ao “recheio” da Torre do Tombo, data de 2 de Março de 1526 e é uma carta de Tomé Lopes (escrivão servindo de guarda-mor) a D. João III, que constitui uma espécie de descrição do estado do arquivo<sup>27</sup>. Pelo conteúdo dessa carta podemos perceber quais os documentos que até à época se guardavam na Torre do Tombo. Tomé Lopes refere-se à existência de “149 volumes de livros”, que se depreende serem de registo da chancelaria, bem como a “37 volumes de livros de 300 folhas cada hum, com suas tavoadas feitas em quatro titulos cada huma”, os quais diz estarem “de todo acabados” e a mais 10 outros começados, que facilmente se identificam como sendo os livros de *Leitura Nova*, mandados fazer no reinado de D. Manuel I. Num outro passo desta carta são referidos os documentos que por costume eram conservados na Torre do Tombo: “... nesta caza, como de tezouro dos reys e do regno, se recolhião, e punhão todalas ditas escrituras em qualquer tempo que se fazião, a saber: todalas de suas pessoas e cousas que pertencião à Coroa, e a seus direitos, como das cidades, villas e lugares, e pessoas particulares, igreijas e moesteiros, e outros, que se agora na Chancellaria recolhem por trelado no livro dos registos, se recolhião então na dita Torre; e escrituras e cartas soltas, huma de duas que se fazião, ambas de hum teor, partidas por A, b, c, e a outra levava a parte (...); e este costume e uso durou ate el Rei D. Afonso 4º, em cujo tempo se mudou de cada cousa se fazer huma só carta, e que esta ao passar da Chancellaria se recolhesse por treslado, escrita no livro dos registos que se de cada hum Rey nella cada ano fazem...”. E mais adiante: “E assi se recolhião e punhão na dita Torre em vivendo e regnando os ditos Reys, todolos feitos e sentenças por que lhe algumas terras, rendas, direitos, jurdições, bens e heranças, assy da Coroa como patrimoniaes, erão julgados...”<sup>28</sup>.

Também do punho de Tomé Lopes, conhecem-se mais dois documentos, datados de 8 de Fevereiro de 1529 e de 28 de Agosto de 1532, pelos quais o escrivão entrega o arquivo ao guarda-mor Fernão de Pina, em cumprimento de uma determinação régia<sup>29</sup>. Este auto de entrega (começado no primeiro documento e concluído no segundo) – que o próprio escrivão designa por “emvemtayro” – discrimina toda a documentação que se conservava no arquivo, sendo referidos pormenorizadamente os diferentes livros, bem como cartas soltas, rolos e cadernos de pergaminho e papel, quer originais, quer treslados selados e sem selos.

<sup>27</sup> Esta carta de Tomé Lopes foi publicada por José Pessanha, tendo sido utilizada como base da transcrição uma cópia do século XVII, existente num códice da livreria de Alcobaça (códice 454, f. 59v.-69), actualmente na Biblioteca Nacional (ver: PESSANHA, José – Uma Reabilitação histórica : inventarios da Torre do Tombo no século XVI. *Archivo Historico Portuguez*. Lisboa. 3 (1905) 287-303).

<sup>28</sup> Cf.: PESSANHA, José – Uma Reabilitação histórica... (*op. cit.*) p. 290-291.

<sup>29</sup> Estes documentos encontram-se igualmente publicados em: PESSANHA, José – Uma Reabilitação histórica... (*op. cit.*) p. 292-303.

Há notícias, ainda relativamente ao século XVI, de ter sido elaborado um inventário, no tempo em que Damião de Góis foi guarda-mor do arquivo. Tal facto, refere-o Jorge da Cunha no relatório que redigiu em 1631 sobre a Torre do Tombo, nestes termos: “E assy faltão Vinte e tantos cofres laurados, e caixas encoiradas, que estauão cheos de papeis, consta de hum pedaço de inuentario feito e assinado por Damião de goes goarda-mor, que foi deste Archivo, que se achou em huma gaueta da casa da coroa, o maes do Inuentario todo falta, que tambem se deuia de leuar”<sup>30</sup>.

Também o relatório de Cristóvão Benavente, datado de 1583, tem sido considerado como inventário do acervo documental do arquivo<sup>31</sup>. Neste documento, tal como nos do punho de Tomé Lopes, acima mencionados, encontra-se uma descrição bastante minuciosa dos vários livros e documentos avulsos existentes na Torre do Tombo, embora a intenção com que tal enumeração foi feita não fosse a de elaborar um instrumento de acesso à informação, mas sim informar sobre a situação do arquivo.

A preocupação em inventariar a documentação voltou a fazer-se sentir no tempo de Manuel Jácome Bravo, nomeado guarda-mor da Torre do Tombo em 1632. João Pedro Ribeiro menciona a cópia de uma carta sua, datada de 4 de Março de 1634, na qual afirma que “já onze annos antes, no tempo do Guarda Mór Diogo de Castilho, tinha feito por Ordem de ElRei o Inventario daquelle Archivo”<sup>32</sup>. Pedro de Azevedo e António Baião também aludem a este assunto dizendo que “em 1622 parece ter feito o depois guarda-mor Bravo um inventario”<sup>33</sup> e num estudo sobre Damião de Góis também António Baião refere, a propósito do *Livro de Linhagens* da autoria do cronista, que o códice havia sido descrito “no inventário feito pelo desembargador Jacome Bravo, em 1625”<sup>34</sup>, acrescentando a descrição constante do mesmo inventário. Apesar destas referências ao inventário feito por Manuel Jácome Bravo, não nos foi possível localizá-lo na actual Torre do Tombo e também não o encontramos mencionado em instrumentos de pesquisa modernos que descrevem a documentação do “núcleo primitivo” do arquivo.

Ao longo da segunda metade do século XVII continuou a ser levada a cabo a chamada “reforma do arquivo”, em que os instrumentos de acesso à informação eram, sem dúvida, uma das prioridades. O alvará de nomeação de D. António Alves da Cunha, datado de 30 de Maio de 1675, além de lhe conceder jurisdição “em ordem a obrar tudo o que julgar mais conveniente” também o incumbe de “fazer inventario dos Livros encadernados, papeis soltos, novos Indices, e procurar restituir o que faltar...”<sup>35</sup>.

Merece também realce um outro importante instrumento de acesso à informação, que até agora se manteve inédito e que temos o gosto de incluir como **apêndice** a este trabalho, contribuindo assim para lançar alguma luz sobre a matéria que aqui nos ocupa. Trata-se de um manuscrito, que se conserva na Biblioteca da Ajuda, intitulado *Livros e papeis que estão nos almarios da caza da Coroa*<sup>36</sup> e que, apesar de não ter data, se reporta ao século XVII, pois referencia os livros da chancelaria de D. João IV até ao fim do seu reinado (1656). É um inventário topográfico que identifica o acervo documental dos 15 armários onde estava acondicionado

<sup>30</sup> RAU, Virgínia – *A Torre do Tombo em 1631*. Lisboa : [s. n.], 1945. p. 25.

<sup>31</sup> O relatório de Cristóvão Benavente, que se conserva na Biblioteca Nacional de Madrid, foi publicado por António Joaquim Dias Dinis, no estudo que fez sobre o mesmo (ver: DINIS, António Joaquim Dias – *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. *Anais – Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 2ª série. 17 (1968) 152-158).

<sup>32</sup> RIBEIRO, João Pedro – *Memorias authenticas...* (op. cit.) p. 37.

<sup>33</sup> AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António – *Op. cit.* p. 43.

<sup>34</sup> BAIÃO, António – *O Guarda-mór Damião de Góis...* (op. cit.) p. 17.

<sup>35</sup> O texto deste alvará está publicado em: RIBEIRO, José Silvestre – *História dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa : Academia Real das Sciencias, 1871. tomo 1, p. 335-336.

<sup>36</sup> Ver apêndice.

o arquivo régio, nas instalações da torre do Castelo de São Jorge, incluído num manuscrito mandado copiar em 1741, que contem “memorias da Caza de Bargaça tiradas de seus Archivos”. A sua elaboração deve-se, provavelmente, a João Duarte Lisboa, “official da reformação do Real Archivo da Torre do Tombo”, que sabemos ter aí trabalhado em 1702 <sup>37</sup>.

Por fim, queremos ainda assinalar um índice, em dois volumes, com o título *Alfabeto mistico*, feito por António Dantas Barbosa, nos anos de 1729-1730<sup>38</sup>, época em que era guarda-mor João Couceiro de Abreu e Castro. Reportando-se, genericamente, a diversa documentação, tem, no entanto, a particularidade de incluir, no início do volume dois, um inventário topográfico do Arquivo da Casa da Coroa, à época composto por vinte armários. A partir dele ficamos a conhecer o modo como estava organizado o arquivo, vinte e cinco anos antes do terramoto.

A todos estes preciosos elementos deverão ainda juntar-se outros dados que podem ser colhidos em bibliografia disponível sobre a própria Torre do Tombo<sup>39</sup> e sobre os organismos produtores da documentação guardada no Arquivo da Coroa, bem como, informações existentes no acervo do arquivo, em particular no que actualmente se encontra referenciado como “fundo” e designado por “Arquivo do arquivo”<sup>40</sup>.

Um primeiro esboço da estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa, feito com base nas cartas de Tomé Lopes, no relatório de Cristóvão Benavente e em correspondência de Damião de Góis com o rei, foi já delineado pelos autores do livro *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* <sup>41</sup>, mas esse esforço constitui apenas um ponto de partida para um trabalho de maior fôlego que deverá ter em conta as fontes referenciadas neste artigo. Um trabalho, sem dúvida, complexo mas deveras aliciante, que os arquivistas da Torre do Tombo – pelo facto de se encontrarem na posição privilegiada de terem ao seu alcance todo o material imprescindível para o efeito – podem concretizar melhor do que ninguém. Assim achem por bem aceitar esse desafio!

---

<sup>37</sup> Presumimos que terá sido João Duarte Lisboa quem elaborou o inventário, porque no volume onde este se acha há outros documentos com indicação expressa da sua autoria e também relativos ao Arquivo da Torre do Tombo.

<sup>38</sup> Aquando da preparação da sua dissertação de doutoramento (1997) a autora conseguiu autorização especial para consultar e reproduzir este índice, pelo que expressa ao então Sub-director do IAN/TT, Prof. Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa, os seus agradecimentos. Por essa altura, o índice não tinha cota, podendo apenas ser referenciado pelos nºs 58 e 59, correspondentes à cota em vigor quando Silva Marques elaborou o *Index indicum* (1935). A transcrição do inventário topográfico encontra-se na dissertação de doutoramento da autora: RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos* (op. cit.). vol. 1, apêndice 3, p. 765-787.

<sup>39</sup> Ver referências bibliográficas em: RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos* (op. cit.). vol. 2, p. 158-169.

<sup>40</sup> Cf.: INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO... – *Op. cit.* p. 69.

<sup>41</sup> Ver: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Op. cit.* p. 86.



### Apêndice

Livros e papeis que estão nos almarios da caza da Coroa. In *Varias doações, honras, devações, foros e brazões que derão os Reys de Portugal, com o rol dos livros e papeis que estão nos almarios da Caza da Coroa, e Rellação dos fidalgos que captivarão em Affrica, no anno de 1578 a 4 de Agosto por ordem de alfabeto. E outras memorias da Caza de Bargarça tiradas de seus Archivos*. Mandado copiar por João de Souza Coutinho em o anno de 1741 f. 207-217.

Inventário topográfico do Arquivo da Torre do Tombo, que se reporta ao final do reinado de D. João IV (1656).

(Biblioteca da Ajuda – manuscrito com a cota 49-XII-23)

[P. 207]

#### **Livros e papeis que estão nos almarios da caza da Coroa**

##### Almario 1º a entrada da porta a mão esquerda

Livro 1º de El Rey D. Dinis que consta de doações.

Livro 2 do mesmo rey de merces e doações.

Livro 3 do mesmo rey de foraes e doações.

Livro 4 do mesmo rey.

Livro 1 de inquerições do mesmo rey.

Livro 2 de inquerições.

Livro 3 de inquerições.

Livro 4 das inquerições.

Livro 5 de algumas contas das Lizirias.

Livro 6 das inquerições.

Livro 7 das inquerições.

Livro 8 das inquerições honras e davasos d'antre Douro e Minho.

Livros dos reguengos do termo de Guimaraes.

Tresllado do livro 5º das inquerições de El Rey D. Dinis.

Livro 1º de doações, foraes, e merces de El Rey D. Affonço 3º.

Livro de direitos e transacções entre El Rey D. Affonço 3º e o Bispo e Cabido de Evora.

Livros dos concertos e havenças a Cidade seo Cabbido do Porto com El Rey D. Affonço 3º

##### Almario 2º

[P. 208]

Livros de emmentas da chancelaria que comessam do Senhor Rey D. João 3º no anno de 1526 athe a morte do Senhor Rey D. João 4º no anno de 1656

##### Almario 3º

Livro de foraes velhos.

Foral de Torres Novas.

Foral de Garvão.

Foral da villa de Penella.

Foral dado ao cazal de Alvo.

Foral da villa do Vimioza [sic].

Foral do concelho de Coimbra.

Foral da terra e lugar de Recardães.  
Foral da villa de Pampilhoza.  
Livro dos proprios da villa de Santarem.  
Livro do tombo do Estado da India.  
Foral antigo da villa de Santarem.

Esta no Almario 9º

Livro sobre as dividas de entre Moura e das villas de Arouche e Anzinasola.  
Livro do tombo das demarcações dos lugares das comarcaz de Tras-dos-Montes e entre Douro e Minho.  
Livro das demarcações da Beira.  
Regimento do termo de Lixboa.

[P. 209]

Foral da portagem de Lixboa.  
Foral da villa de Abrantes.  
Livro que conthem as pessoas que tinham tenças de El Rey do anno 1523.  
Livro das demarcações entre Portugal e Castella pella comarca da Beyra desde Villa Velha de Roda athe Castel Rodrigo de Riba Beira (?).  
Foral antigo de Alfayates.  
Livro do rezisto das heranças e padroados que a rainha D. Leonor, mulher de El Rey D. João 2º teve, e depoes de outras raynhas com alguns foraes de suas villas.  
Livro de propios dos reys e raynhas de Portugal com foraes.  
Foral e devizoes de Aguiar de Pena.  
Foral de Castel Melhor e Almendra em tempo de El Rey o Sancho 1º.  
Foral de Santarem que foi dado a Villa Nova.

Passou ao Almario 9º

Foral antigo de Castello Bom.  
Foral antigo da cidade da Guarda e leis antigas do Reino.  
Foral da terra de Sancta Maria.  
Foral velho de Faro.  
Foral antigo de Beja.  
Almoxarifados de Ponte de Lima, Vianna e Caminha no tempo de El Rey D. Affonço 3º e D. Dinis.  
Foraes velhos com algumas cartas e doações, foral da villa de Penella ao Infante D. Pedro, Duque de Coimbra.

[P. 210]

Almario 4º

Tombo da villa do Torrão e Ferreira.  
Tombo de Amorella e outros lugares de qual hê devasario o Conde de Basto.  
Tombo da freguesia de Borba da Montanha donatario o mesmo.  
Tombo do concelho de Monte Longo donatario o mesmo.  
Tombo da freguezia de Morales donatario o mesmo.  
Tombo da freguezia de Val de Bouro e de Ribasgarços donatario o mesmo e de...  
Tombo da freguezia da Eufrecta [sic] donatario o mesmo.  
Tombo do concelho de Penaguião donatario o mesmo.  
Tombo da freguezia do Carvalho donatario o mesmo.  
Tombo do concelho de Fontes donatario o Conde de Penaguião.  
Sentença da Marqueza de Castel Melhor sobre a Caza da Calheta.  
Tombo da freguezia de São Miguel de Gemeos donatario o Conde do Pavo [sic].

Tombo da freguezia de Ourixe donatario o mesmo.  
Tombo da freiguezia de Britello o mesmo.  
Freiguezia de Arnoya etc. Chello e Moreira Cacarelle o mesmo.  
Tombo de Montelo Agedo o mesmo.

## Almario 5º

Tombo de Villa Pouca de Aguiar donatario o Marquês de

[P. 211]

Castel Rodrigo.

Tombo de Pena donatario o mesmo.

Tombo de Cabeceiras de Basto Orens limites donatario o mesmo.

Tombo otro de Villa Pouca de Aguiar donatario o mesmo.

Hum caderno com a demarcação de Lazarim.

## Almario 6º

Dous tomos que são os tombos das capellas de El Rey D. Affonço 4º.

Tombo dos direitos de Coimbra.

Tombo da cidade de Evora.

Huns cadernos do concelho de Celorico do Basto para emcadernar.

Tombo dos bens e propriedades, das capellas, hospitaes, etc. da villa de Guimaraes e seus termos.

Tombo das fazendas que pertencem a El Rey em Cerolico de Basto.

## Almario 7º

Tombo da villa do Sabugal e seu termo donatario o dito Conde.

Tombo da villa de Sinsaes e seu termo do mesmo.

Tombo da villa de São Luis de Rima [sic] Tamega donatario o mesmo.

Tombo da villa de Lanhoso donatario o mesmo.

Tombo da villa de Azere donatario o mesmo.

Tombo da villa de Toide donatario o mesmo.

Tombo das villas e lugares de Prestimo e Serem donatario Diogo

[P. 212]

Soares.

Tombo do concelho de Pena donatario o val [sic] de Castel Rodrigo.

Tombo da villa de Aguiar donatario o mesmo.

Tombo do concelho de Pena donatario o mesmo.

Tombo do concelho de Cabeceiras de Basto donatario o mesmo.

Foros e direitos da villa de Basto de que hera Alcaide Francisco Cordovil.

Tombo do Mosteiro de São Pedro de Pedrozo.

Tombo dos bens do Hospital de Vianna.

## Almario 8º

Dous tomos em que estão tres herdades muitos breves que os Summos Pontifeces concederão  
aos reys de Portugal.

Livro dos pervilegios e breves de Sancta Crux de Coimbra.

Sentenças que houverão os reys contra algumas pessoas.

Tombo geral das capellas que ha na cidade de Evora.  
Tombo das capellas, hospitaes e alegaria [sic] de Santarem.  
Livro da portagem de Lixboa dado por El Rey D. Fernando.  
Sentença por que El Rey senhor absoluto da demanda que trazia com o Prior do Crato sobre  
lhe mandar derrubar humas ameias na villa de Belver.  
Regimento que levou D. Francisco de Almeida 1º Vice Rei da India rendimento chegando Estado  
da India.  
Livro das villas e lugares da Renuncia digo da Provincia da Estremadura e o que rendia cada  
huma.  
Livro da demacação entre este Reino e o de Castella e

[P. 213]

contrato de paces.

Livro das leis extravagantes

Estes dous ultimos livros se tirarão para as estantes

Almario 9º

Tres tomos das inqueriçoes de El Rey D. Affonço 2º.  
Seis tomos das inqueriçoes de El Rey D. Affonço 3º.  
Dous tomos das inqueriçoes de El Rey D. Affonço 4º.  
Dous tomos das ordenações antigas athe o livro 3º.  
Tres livros das ordenações d'el Rey D. Affonço 5.º  
Livro 6º das inqueriçoes de El Rey D. Affonço 3º.  
Livro dos foros de El Rey D. Affonço 4º.  
Leis de Affonço 2º e D. Dinis no livro que tem por titulo foral velho de Santarem.

Almario 10

Instetuição e tombo do morgado do Licenciado Domingos Cardozo da Fonseca.  
Instetuição da capella da Victoria por Fernão Alvarez da Cunha.  
Instetuição do morgado de Villar (?) Doutor Dias Preto.  
Instetuição do morgado de Manoel da Sylveira frade.

[P. 214]

Instetuição do morgado de D. Julianes da Costa.

Instetuição do morgado de Ruy Carvalho em sua sobrinha<sup>42</sup> D. Francisca de Noronha mulher  
de D. Manoel Lobo.

Instetuição do morgado de Nuno Mascarenhas.

Instetuição do morgado do Doutor Diogo Gomes Leitão.

Instetuição do morgado e capella de Catharina de Saã em seu irmão Jeronimo Rangel Homem.

Instetuição da capela de São Francisco desta cidade instetuidor D. Antonio de Ataide.

Instetuição do morgado de Diogo Vas morador em Torres Novas.

Testamento de D. Felipa da Silva e instetuição dos morgados dos Eças e Corte Reas.

Instetuição do morgado de Diogo Marmeleiro e sua mulher Catharina de Lemos.

Tombo e instetuição de Thomaz Barros sita na Igreja de São<sup>43</sup> da Ameixoeira termo desta cidade.

---

<sup>42</sup> Desdobrámos a abreviatura “sª” por “sobrinha”, dado que não parece poder ser “senhora”, pois logo a seguir é dito que D. Francisca de Noronha era mulher de Manuel Lobo.

<sup>43</sup> Falta, por certo, uma palavra correspondente ao nome do orago.

Registo de carta, bens e heranças que teve D. João de Portel.

Instetuição do morgado de Jorge Lopes Gavilho e de sua mulher Maria Nunes em seu filho Antonio Lopes Gavecho.

Daqui por diante se não copiou tudo senão sô o que  
me pode servir para della se tirar.

Resenha da gente que havia na provincia de Alemtejo no anno 1527 em tempo de El Rey D. Manoel.

[P. 215]

#### Almario 11

Luzes de Thomar anno de 1580.

Contas [*i. e. cortes*] de El Rey D. Affonço 5º do anno 1451 the o de 1477.

Juramento do Princepe D. Fellipe.

Autos dos juramentos do Estado da India a El Rey D. Fellipe e ao Princepe D. Diogo seu filho.

Dous livros de cartas [*i. e. cortes*] de El Rey D. João o 3º anno de 1535 e leis que se fizerão sobre ellas.

Cartas [*i. e. cortes*] de El Rey D. Manoel anno 1498.

Cartas [*i. e. cortes*] de El Rey D. João 2 anno 1481.

Cartas [*i. e. cortes*] de El Rey D. Affonço 5º originaes.

Juramento do Archiduque Alberto para o governo deste Reino.

Autos do juramento e levantamento do senhor Rey D. João 4º no anno 1641.

Original das cartas [*i. e. cortes*] de El Rey D. Manoel no anno 1491.

Procurações dos procuradores de Cortes anno 642.

Procuraçam para o juramento do Princepe D. Fellipe anno 1583.

Procuraçam etc. contas [*i. e. cortes*] de 1646.

Procurações etc. cartas [*i. e. cortes*] de Thomar de El Rey Fellipe.

Declaração e juramento do Infante D. Affonço, filho do Princepe D. João e neto de El Rey D. Affonço 5º e o tresllado da comição por onde o dito Princepe ficou governando este Reino quando seu pay passou a Castella e a comição por onde ficou governando a Princeza D. Leonor quando o dito Princepe passou a Castella aonde seu pay estava.

[P. 216]

Graças e pervilegios que El Rey Fellipe concedeu a este Reino quando entrou nelle no anno 1582 e cartas [*i. e. cortes*] do mesmo anno.

Hum livro em que estão os contratos dos cazamentos da Senhora D. Maria com o Princepe de Parma e da Senhora D. Catharina com o Duque de Bargaça D. João.

Livro da declaração dos pezos e moedas da India.

#### Almario 12

Estatutos de Florença.

Esta[*tu*]tos de Veneza.

Estatutos do Hospital de Sancto Antonio do[s] Portuguezes em Roma.

Geografia de Bertholomeu e as obras de Marcos Toletano.

#### Almario 13

Regimento dos alcaides mores do Reino feito por El Rey D. Affonço 5º

Regimento do anadel mor dos espingardeiros.

Almario 14

Sumario que trouxe Gonçalo de Siqueira da India sobre duvidas do Governo de Affonço de Albuquerque.  
Estatutos do Colegio de São Thomas de Sevilha fundado por D. Diogo d'Eça.

[P. 217]

Livro dos tributos que pagavão os Mouros de Affrica no tempo do Governador Ruy Fernandez de Atayde..

Leis antigas.

Estatutos da Ordem de Cister.

Almario 15 ultimo

Chronica de El Rey D. Affonço Henriques ... outra do mesmo Rey.

Chronica de El Rey D. Sancho.

Chronica de El Rey D. Affonço 3º.

Chronica de El Rey D. Dinis.

Chronica de El Rey D. Affonço 4º.

Chronica de El Rey D. Fernando.

Chronica da tomada de Ceuta por Gomes Eannes de Azurara.

Chronica de El Rey D. João o 1º.

3ª parte da Chronica de El Rey D. João 1º contem a tomada de Ceuta.

Chronica de El Rey D. Duarte.

Chronica de El Rey D. Affonço 5º.

Chronica de El Rey D. João 2º.

Chronica de El Rey D. Sancho Capello.

Chronica de El Rey D. Affonço 2º.

Chronica de El Rey D. Pedro.

Chronica de El Rey D. Manoel com 1ª 2ª 3ª 4ª parte.

Estas chronicas estão nos almarios da caza  
antes da Coroa.